

**ATA DA 66ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA CÂMARA TÉCNICA DE PARTICIPAÇÃO, DIÁLOGO E CONTROLE SOCIAL  
- CT-PDCS/CIF**

Nos dias dezoito e dezenove de janeiro dois mil e vinte e três, através de videoconferência pela plataforma TEAMS, foi realizada a **66ª Reunião Ordinária da Câmara Técnica de Participação, Diálogo e Controle Social/CT-PDCS**, constituída no âmbito do Termo de Transação e de Ajustamento de Conduta (TTAC) e do Termo de Ajustamento de Conduta Governança (TAC-Gov), ambos os Acordos referentes ao Desastre da barragem da Samarco, em Mariana/MG. As reuniões preparatória e pública tiveram pautas distintas, seguindo abaixo os registros da reunião pública, transmitida ao vivo pelo Youtube através do link <https://youtu.be/tR4bIFcifvY> :

**1) Apresentação e manifestações dos participantes.**

**Participantes da reunião preparatória à 66ª Reunião Ordinária da CT-PDCS - Dia: 18/01/2023 - Horário: 14h às 15h42.**

Eliane Gregório (Comissão Municipal de Linhares/ES), Gracielle Bastos (ATI Degredo), João Luiz Paste (IJSN/ES), José Augusto Gomes (SETADES), Josmar Coelho (Prefeitura Municipal de Governador Valadares), Juliana Santos (Prefeitura Municipal de Mariana), Lindalva Feitosa (FBDH), Luciana Souza de Oliveira (Comissão de Atingidos de Vila Regência e Entre Rios), Maria Alice da Silva (FLACSO) Marta Zorzal (UFES), Matheus Faraci Moreira (Comitê Gestor Pro Rio Doce - MG), Pauline Louise Araújo Silva (SEDESE/MG). Justificaram ausência: Verônica Idelfonso Coutinho (SEGOV/MG) e Walquíria Soares (AGERH).

**Participantes da 66ª Reunião Ordinária Pública da CT-PDCS - Dia: 19/01/23 - Horário: 14h10 às 17h10.**

Antônio Aureo do Carmo (Comissão de Atingidos de Rio Doce), Carlos Alberto Oliveira (Renova), Cláudia Laureth (FLACSO), Frederico Coutinho (Consultoria H&P), Gracielle Bastos (ATI Degredo), João Luiz Paste (IJSN/ES), José Augusto Alves Gomes (SETADES), Josmar Coelho (Prefeitura Municipal de Governador Valadares), Juliana Beatriz Midauar (Renova), Juliana Pinto Rocha (Renova), Lindalva Feitosa (FBDH), Luciana Souza de Oliveira (Comissão de Atingidos de Vila Regência Augusta e Entre Rios), Maria Alice da Silva (FLACSO), Maria Thereza Teixeira (Renova), Mariana Sousa Melo (Renova), Marta Zorzal (UFES), Matheus Faraci Moreira (Comitê Gestor Pró-Rio Doce - MG), Natália Oliveira Ferreira (E&Y), Paula Vieira Gonçalves de Souza (Renova), Pauline Louise Araújo Silva (SEDESE/MG), Pedro Daniel Strozenberg (Renova), Pietra Silva (Consultoria H&P), Rafael Pereira Santos (Renova), Walquíria Soares (AGERH).

Após a apresentação dos membros, o Sr. João Luiz Paste, coordenador da CT-PDCS, abriu para manifestações, fez a leitura da pauta e iniciou o debate dos itens da reunião, conforme descritos a seguir:

**2) Aprovação das Atas referentes a 65ª RO e a 13ª RE da CT-PDCS.**

<b>Discussão</b>	João Paste (IJSN) informou que não houve considerações relativas às minutas das atas da 65ª RO e da 13ª RE da CT-PDCS, compartilhadas previamente para apreciação. Dessa forma, as atas foram aprovadas pelos membros, sem objeção. A coordenação comunicou que as atas serão encaminhadas à SECEX para publicação no site do CIF.
------------------	--

**3) Apresentações pela equipe do PG 35: E.64-1- Apresentar relatório detalhado dos trâmites relativos à implantação do CIT com os entes públicos, para melhor entendimento do caso e avaliação pelos membros da CT-PDCS e E.64-2- Submeter a questão dos entraves e atrasos da implantação das bases físicas do CIT para a instância superior da FR e apresentar na próxima RO uma proposta efetiva de resolução para a implantação das bases físicas do CIT.**

<b>Discussão</b>	O coordenador da CT PDCS, João Paste, retomou os encaminhamentos sobre o PG 35 e relatou que a Fundação Renova enviou, em 20/12/2022, documento tratando dos trâmites junto aos parceiros para a implantação das bases físicas do CIT e dos registros das providências adotadas no âmbito da alta gestão da Fundação Renova, em resposta aos encaminhamentos listados. Paula Vieira (Fundação Renova) fez observações gerais: 1. A data da reunião de setembro/2023 da CT PDCS coincide com a reunião ordinária do CIF. 2. Solicita incluir na pauta a discussão sobre
------------------	--

**Discussão**

a proposta de definição do PG 36 e respectiva Nota Técnica. 3. Solicita fazer um draft dos encaminhamentos na própria reunião, incluindo suas responsabilidades e prazos. O coordenador João Paste (IJSN/ES) informou que será feita checagem do calendário posteriormente e apresentação de ajustes necessários. Acrescentou que a discussão do PG 36 será abordada no item “assuntos gerais”. E a questão dos procedimentos quanto aos encaminhamentos será tratado com o secretariado da Câmara, assim que a secretária retornar de férias, e pondera que registros de encaminhamentos elaborados durante a reunião sempre ficarão sujeitos a ajustes. Em seguida, João Paste (IJSN/ES) perguntou pela participação da equipe da Ouvidoria e sobre o período do mandato do Ouvidor Geral. Pedro Strozenberg manifestou-se, informando ser de 4 anos o mandato atual, o qual finaliza em dezembro de 2023. Luciana (Comissão de Atingidos de Vila Regência Augusta e Entre Rios) pergunta sobre pesquisa que trata do relacionamento da Ouvidoria com os atingidos. Após esclarecimentos, foi sugerido que este tema seja detalhado na 67ª RO. Retornando ao PG 35, Carlos Alberto (Fundação Renova) fez uma apresentação, como síntese de documento já enviado à Câmara, visando dar respostas aos encaminhamentos E.64-1 e E.64-2. Carlos informou que, em resposta ao E.64.1, a abordagem considera a Deliberação CIF nº 229 e a NT nº15, documentos que norteiam o processo de viabilização da implantação do Centro de Informação Técnica – CIT, o estabelecimento das relações com parcerias e a indicação de solução alternativa para implantação das unidades físicas. Listou o histórico das providências tomadas para a implantação das bases físicas do CIT nos municípios de Mariana, Governador Valadares e Linhares. Quanto aos entraves e atrasos na implantação (E.64-2) mencionou a preocupação com a sustentabilidade e continuidade das ações e considerou que as estratégias de formalização de parcerias para ampliar os pontos de acesso e garantir acesso aos conteúdos, bem como a estratégia de descentralização e itinerância e os webinários têm gerado bons resultados, inclusive na ampliação e diversificação do acervo, no estreitamento das relações com parceiros e na definição de responsabilidades. Josmar Coelho (PM GV) relatou a realização de audiência pública pela Câmara de Governador Valadares sobre a construção da base do CIT, na qual não houve comparecimento de representante da Fundação Renova, de forma que os questionamentos sobre prazos e contratação da obra não puderam ser respondidos. Informou que os participantes da audiência manifestaram preocupação com a morosidade da Fundação Renova com suas obras. Josmar perguntou se o prazo de execução e o orçamento da obra já estão definidos. Carlos Alberto (Fundação Renova) relatou que não receberam o convite para a audiência pública. Acrescentou que o cronograma geral para a execução da obra já foi compartilhado com a prefeitura e com a Câmara Técnica e que a implantação do CIT de Governador Valadares está prevista para o 1º semestre de 2024. Luciana Oliveira (Comissão de Atingidos de Vila Regência Augusta e Entre Rios) perguntou se a acessibilidade será assegurada no projeto, e relatou que não localizou itens de despesas com porcas e parafusos no memorial descritivo, e considerou que são itens que poderiam levar a atrasos na obra. Observou, ainda, a ausência de sensores de combate a incêndio. Carlos Alberto (Fundação Renova) informou que estão trabalhando com as normas internacionais de acessibilidade, da comunicação visual até o espaço físico, inclusive com sinalizações adequadas. Informou que o descritivo apresentado trata da etapa da edificação, e que posteriormente será apresentado o descritivo do mobiliário, comunicação, segurança e incêndio, no qual os sensores serão contemplados. Maria Thereza (Fundação Renova) informou que nos registros de informações institucionais não há registro do convite da prefeitura de Governador Valadares ou da Câmara Municipal para a audiência pública e que sempre que a Fundação for convidada estará presente. Josmar (PM Governador Valadares) ponderou que o convite deveria ter partido da Câmara Municipal, visto que a prefeitura também foi convidada. João Paste (IJSN/ES) sugeriu que as equipes do PG 06 e do PG 35 façam agenda com as comunidades sobre o local de implantação dos equipamentos e detalhamento dos projetos, dirimindo as dúvidas e o surgimento de ruídos na comunicação. Considerou importante ter prazos definidos para o cumprimento de etapas e solicitou que a Fundação Renova repense e esclareça contradições contidas nos relatórios. Sobre isso, exemplificou com o trecho do relatório que afirma que *“a implantação das unidades físicas dos CITs extrapola a*

<p><b>Discussão</b></p>	<p><i>responsabilidade da Fundação Renova estabelecida no TTAC”, contrapondo que o TTAC não atribui responsabilidades a outros entes, além da Fundação Renova, para a execução das ações da reparação da tragédia do Rio Doce. Reiterou que, dentre essas responsabilidades, está a implantação das unidades físicas do CIT, e considerou que o TTAC estabelece a responsabilidade da Fundação Renova em fazer o que for necessário para a total reparação, a qual vem, recorrentemente e equivocadamente, sendo transferida aos municípios e a outros. Reafirmou que toda a responsabilidade pela reparação dos danos causados pela tragédia é exclusiva da Fundação Renova. Solicitou que na próxima RO a Fundação Renova apresente um cronograma detalhado, descrevendo para cada período de 15 dias, as ações de cada uma das etapas, demonstrando os compromissos efetivos para a materialização dos equipamentos nos três municípios. Relativamente ao processo de negociações com a Prefeitura de Mariana, questionou sobre a apresentação de alternativas para a implementação do CIT no município e solicitou que a Fundação Renova detalhe e apresente outras alternativas para a solução do impasse que se arrasta há anos. Maria Thereza (Fundação Renova) mencionou que o TTAC define o CIT para a área ambiental 1, mas João Paste (IJSN/ES) ponderou que o TTAC não define o local para a implantação do espaço físico da sede (ou matriz) do CIT, mas apenas menciona que as duas outras bases devem estar em município não coincidente com a mesma. João Paste ponderou que Mariana é o município onde a tragédia aconteceu, devendo ser considerada adequada a decisão de definir essa cidade para receber a sede do CIT, cabendo à Fundação apontar estratégias e cuidar da execução do projeto. Marta Zorzal (UFES) ratificou as considerações feitas e avaliou que as definições sobre Áreas Ambientais 1 e 2 não são claras, gerando ambiguidade interpretativa, demandando detalhamento e decodificação, e sugeriu solicitar revisão destas delimitações ao CIF. Carlos Alberto (Fundação Renova) alegou que não há transferência de responsabilidade da Fundação para outros, mas é necessário considerar a importância das parcerias na implantação do CIT, o que torna os processos mais complexos. Acrescentou que a prefeitura de Mariana está com um prefeito interino, que deve permanecer no cargo até março de 2023, e informou que será realizada nova rodada de discussão com o prefeito atual sobre o processo do CIT. João Paste (IJSN/ES) solicitou que a Fundação Renova construa as bases necessárias para implantação dos três equipamentos, utilizando outros mecanismos, como a possibilidade de parceria com o governo do estado de Minas Gerais ou governo federal, a exemplo da sede de Regência, onde há negociações com o ICMBio/governo federal.</i></p>
<p><b>Encaminhamento</b></p>	<p><b>E.66-1:</b> Inclusão de ponto de pauta na 67ª RO para apresentação da pesquisa que trata do relacionamento da Ouvidoria da Fundação Renova com os atingidos.</p>
<p><b>Encaminhamento</b></p>	<p><b>E. 66-2:</b> Definir agendas com as comunidades de Governador Valadares e de Regência para tratar do local de implantação dos equipamentos e detalhamento dos projetos e da execução das obras das bases do CIT – <b>Responsáveis:</b> Equipes do PG06 e PG35.</p>
<p><b>Encaminhamento</b></p>	<p><b>E.66-3:</b> Apresentação de cronograma detalhado das ações de cada etapa, demonstrando os compromissos efetivos para a materialização das três bases do CIT. <b>Prazo:</b> Até 5 dias antes da próxima RO.</p>
<p><b>4) Apresentação pelo PG 06: Devolutiva à NT 31/2022/CT-PDCS/CIF (com devolutivas aos encaminhamentos: E.61- 6 - Incorporar nos Planos de Ação Territorial os números absolutos, a metodologia da mobilização social e quantidades de participantes em reuniões, bem como de cronograma, custos estimados e metas da reparação; E.63-1 - Inclusão da descrição do processo de Mobilização Social nas novas versões do Plano de Ação Territorial; E.63-4 - Incluir nas novas versões dos PATs o processo de gestão de demandas coletivas vinculado aos 14 microterritórios; E.63-6 - Apresentação e formalização dos procedimentos de seleção e dos critérios de qualificação e elegibilidade/inelegibilidade das demandas; E.65-2 - Finalização da discussão e apresentação do encaminhamento E.63-6.</b></p>	
<p><b>Discussão</b></p>	<p>João Paste (IJSN/ES) apontou que os itens foram tratados em inúmeras reuniões e abordados na Nota Técnica 31/2022/CT-PDCS/CIF, a qual já foi remetida ao CIF, mas ainda não foi avaliada, por solicitação e manifestação da Fundação Renova. Juliana (Fundação Renova) mencionou que a</p>

**Discussão**

Nota Técnica tem servido de subsídio ao plano de trabalho e, respondendo aos encaminhamentos, apresentou em PowerPoint o entendimento relativo aos Planos de Ação Territorial - PATs, abordou os critérios de elegibilidade das demandas coletivas e detalhou os processos decisórios. Ressaltou que os PATs são instrumentos que orientam e direcionam a atuação nos territórios, possibilitando um olhar integrado sobre as necessidades e oportunidades de relacionamento e controle social. Observou que diversas fontes de informações constituem os subsídios do planejamento: documentos, deliberações, decisões judiciais, notas técnicas, articulação com as demais áreas da Fundação, acompanhamento de crises, reuniões com os atingidos, manifestações e demandas recebidas, diálogos com as lideranças, dentre outras. Reiterou que trabalham com uma divisão em 14 microterritórios, a partir de uma definição do Fundo Brasil, gerando os 14 PATs respectivos. A execução das ações definidas envolve a participação que apoia a definição de novas ações para os PATs. Frederico (H&P) ressaltou a importância dos seminários participativos como subsídios para a estruturação dos primeiros planos, que hoje são atualizados semestralmente e conforme demandas. Luciana (Comissão de Atingidos de Vila Regência Augusta e Entre Rios) mencionou sua preocupação com os seminários realizados durante a pandemia e perguntou se há previsão de realizar novos seminários e nova pesquisa de satisfação nos territórios. Frederico (consultoria H&P) relatou que os seminários são formas de validação das ações e citou outros espaços de apresentação de novas necessidades, tais como os fóruns de prestações de contas, os indicadores dos programas, medidos periodicamente e reportados ao CIF, e outras pesquisas feitas nos territórios, e não descartou a possibilidade de realizar novas avaliações e escutas coletivas, embora considere desnecessárias. Pietra (Fundação Renova) considerou que os focos de atuação, as agendas e ações são pactuados a partir dos processos de relacionamento permanente nos territórios, além de que no PAT há uma seção dedicada à compreensão do microterritório de atuação, a qual faz um apanhado das diversas fontes/*inputs* coletados para o processo de planejamento. Luciana (Comissão de Atingidos de Vila Regência Augusta e Entre Rios) mencionou preocupação com o esvaziamento verificado nas reuniões e em agendamentos sem a efetiva mobilização de atingidos. Juliana (Fundação Renova) explicitou as atualizações nos PATs, conforme NT 31, descrevendo o processo percorrido no planejamento das atividades: análise de cenário, mobilização, interface com PGs e áreas e inclusão das demandas coletivas. Informou que o documento com as versões atualizadas dos PATs dos 14 microterritórios será entregue à Câmara até o dia 27/02/2023. Quanto à gestão das demandas coletivas Frederico (consultoria H&P) informou que é um processo que visa centralizar, organizar e racionalizar os encaminhamentos das diferentes solicitações de natureza coletiva feitas à Fundação Renova pelos públicos atingidos, as quais requerem uma ação futura por parte da Fundação Renova, com a entrega de algum bem ou serviço ao demandante, a qual, entretanto, exige análise denexo de causalidade. Observou que é feita a distinção entre acordos coletivos, atendimento a grupos sociais e demandas recorrentes, e mencionou os objetivos do sistema de critérios de elegibilidade: assegurar objetividade, isonomia e fidelidade ao escopo de trabalho. Para uma demanda ser elegível, o atendimento deve estar previsto nas normativas, no escopo dos programas e apresentar nexo de causalidade com o rompimento e com a reparação. A inelegibilidade se caracteriza quando esses três critérios estiverem ausentes, conjuntamente. Afirmou que, havendo dúvidas, a demanda é acolhida para avaliação interna, não cabendo ao PG06 decidir sobre a elegibilidade. O Programa acolhe as solicitações, registra e dá devolutiva ao demandante sobre as tratativas. Eliane Gregório (Povoação) considerou que o canal de relacionamento 0800 não dá devolutiva adequada às demandas e avaliou que os atendentes precisam de melhor capacitação e apoio, pois não conseguem dar informações. Relatou que várias casas na sua comunidade estão com trincas, que já acionaram diversos canais, sem retornos pela Fundação Renova. Maria Thereza (Fundação Renova) considerou importante distinguir as demandas coletivas das questões individuais, pois essa distinção determina qual equipamento deve ser acionado. As manifestações são atendidas e geram uma demanda que será atendida pelo espaço competente. Eliane Gregório (Povoação) reiterou que há 7 anos estão lutando para conseguir a



<b>Discussão</b>	<p>resolução dos problemas de infraestrutura (trincas nas casas atingidas pela lama), sem resultados e que a questão já está sendo tratada judicialmente. Luciana (Comissão de Atingidos de Vila Regência Augusta e Entre Rios) apontou fragilidades na equipe do O800 e solicitou que recebam capacitações para que consigam orientar e endereçar as pessoas atingidas para onde elas possam resolver suas demandas. Maria Thereza (Fundação Renova) solicitou inclusão de ponto de pauta na próxima RO para apresentação dos dados dos Canais de Relacionamento no ano de 2022. João Paste (IJSN/ES) sugeriu que estas elaborações constem em todas as versões dos PATs, de forma que, a cada interação com os grupos e comunidades, estas informações sejam reiteradas. Marta Zorzal (UFES) solicitou que seja explicitado nos PATs o número de demandas recebidas por tipo, entre acordos coletivos, atendimento a grupos sociais e demandas recorrentes, dando a dimensão de onde as demandas estão surgindo e a que se referem (infraestrutura, qualidade da água, AFE etc.) e considerou que os relatórios da Fundação Renova são muito herméticos. Frederico (consultoria H&amp;P) reafirmou que serão enviadas informações mais completas sobre as demandas de cada território e um glossário, junto às novas versões atualizadas dos PATs.</p>
<b>Encaminhamento</b>	<b>E.66-4:</b> Incluir na pauta da 67ª RO apresentação sobre dados dos canais de relacionamento da Fundação Renova.
<b>Encaminhamento</b>	<b>E.66-5:</b> apresentar versões atualizadas dos PATs em atendimento à NT 31/2022/CT-PDCS/CIF e demais registros em atas. <b>Prazo:</b> fevereiro/2023.
<b>Encaminhamento</b>	<b>E.66-6:</b> Apresentar calendário para novo ciclo de apresentação dos PATs nos 14 microterritórios. <b>Prazo:</b> 67ª RO.
<b>5) Assuntos gerais.</b>	
<b>Discussão</b>	<p>I. João Paste (IJSN/ES) colocou em questão o formato da 67ª RO, que está prevista para ser realizada nos dias 15 e 16 de fevereiro, de forma híbrida, sendo a parte presencial em GV, e propôs que seja mudada para o formato virtual. Em compensação, a 68ª RO, prevista para os dias 22 e 23 de março de 2023, passaria para o formato híbrido, mantida a parte presencial em GV. As mudanças foram aceitas por todos. II. João Paste (IJSN/ES) enviará para a Fundação Renova a NOTA TÉCNICA Nº 32/2022/CT-PDCS/CIF, referente ao novo escopo do Programa 36, e solicitará a inclusão na pauta da Reunião Ordinária do CIF de março/2023 para apreciação da mesma, que propõe a aprovação da nova definição do Programa. Para isso, solicitou que a Fundação Renova gere o documento da nova definição do Programa, absorvendo todas as sugestões aceitas pela Câmara. III. Luciana (Comissão de Atingidos de Vila Regência Augusta e Entre Rios) solicitou que sejam remarcadas as reuniões em Regência, sobre Saúde e Meliponicultura, uma cancelada devido às chuvas (05/12/22) e outra por falta de quórum (10/11/22). Maria Thereza (Fundação Renova) informou que a equipe do Diálogo fará contato para esclarecimentos sobre essas reuniões. IV. Sobre mensagem da E&amp;Y, que trata da avaliação de indicadores dos PGs 06, 35 e 36, João Paste (IJSN/ES) registrou que a CT está de acordo com a forma proposta. Natália (E&amp;Y) reiterou que os Indicadores dos quatro pilares do PG 06 serão tratados no terceiro ciclo de auditoria e acrescentou que, por serem indicadores de acompanhamento e não serem critérios de encerramento do programa, não foi feita avaliação nos dois primeiros ciclos. Observou que a empresa enviará o documento Procedimentos de Asseguração Individual - PAI e farão apresentação à CT, sendo que os pilares Canais de Relacionamento e Ouvidoria devem ter as avaliações entregues em março/2023. Os ciclos avaliativos dos pilares Comunicação e Participação e Diálogo Social ainda não foram iniciados.</p>
<b>Encaminhamento</b>	<b>E.66-7:</b> Realizar a 67ª RO por videoconferência e a 68ª RO de forma híbrida, com a parte presencial em Governador Valadares.
<b>Encaminhamento</b>	<b>E.66-8:</b> Gerar documento com a nova definição do Programa de Comunicação Nacional e Internacional – PG 36, absorvendo as sugestões de ajustes. <b>Prazo:</b> Imediato.

<b>Encaminhamento</b>	<b>E.66-9:</b> Solicitar a inclusão de ponto de pauta na próxima RO do CIF para apresentação da nova definição do PG 36. <b>Prazo:</b> março de 2023.
<b>Encaminhamento</b>	<b>E.66-10:</b> Reagendar as reuniões canceladas em Regência. <b>Responsável:</b> Fundação Renova. <b>Prazo:</b> Imediato.

O coordenador interino João Paste agradeceu a todos pela participação e pelas contribuições. **A 66ª Reunião Ordinária da Câmara Técnica de Participação, Diálogo e Controle Social** encerrou-se às dezessete horas e dez minutos.